

1 - No que se refere ao delito de moeda falsa (CP, Art. 289 *caput* – “Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro.”), pode-se afirmar que:

- a) É crime de ação múltipla ou de conteúdo variado.
- b) É crime de concurso necessário ou plurissubjetivo.
- c) Não admite tentativa.
- d) Pode ser praticado na forma culposa.

2 - No delito de peculato (CP, art. 312) é correto afirmar que:

- a) É impossível a tentativa, ainda quando praticado de forma dolosa.
- b) A qualidade de funcionário público é elementar do crime.
- c) É admissível co-autoria com particular, ainda que este não tenha ciência de que o co-autor é funcionário público.
- d) De acordo com o Código Penal, encontra-se elencado no título referente aos crimes contra o patrimônio.

3 - A reparação do dano no peculato culposo, antes da sentença final irrecorrível,

- a) reduz de metade a pena imposta.
- b) extingue a punibilidade.
- c) exclui a ilicitude.
- d) reduz a pena de um a dois terços.

4 - Assinale a alternativa correta:

- a) O crime de concussão só se consuma quando ocorre prejuízo ao lesado.
- b) Havendo devolução da vantagem recebida, fica desnaturado o crime de concussão.
- c) Comete crime de corrupção ativa quem atende a exigência de funcionário público, entregando a este uma vantagem indevida.
- d) Para a caracterização do crime de concussão é indispensável que o sujeito ativo se valha da função que exerce ou vai exercer, ou que prevaleça da autoridade que possui ou vai possuir.

5 - O crime de descaminho diferencia-se do de contrabando:

- a) Porque só se refere à exportação de mercadorias entre Estados diversos da Federação.
- b) Porque envolve o princípio da fraude no pagamento de imposto ou taxas aduaneiras.
- c) Por que para sua ocorrência, depende de sua apuração na esfera administrativa.
- d) Não há diferença entre eles.

6 - São características do inquérito policial:

- a) Sigiloso, escrito, preparatório da ação penal e contraditório.
- b) Escrito, contraditório e presidido pelo escrivão designado.
- c) Sigiloso, oral e preparatório dos crimes de ação pública.
- d) Escrito, sigiloso, preparatório da ação penal e inquisitivo.

7 - Sobre o inquérito policial, é correto afirmar:

- a) tem por presidente o Delegado de Polícia, que não pode ser substituído durante o transcurso das investigações.
- b) visa a disponibilizar elementos para o titular da ação penal promovê-la.
- c) deve ser realizado sempre no prazo máximo de 30 dias, sob pena de responsabilidade criminal do encarregado da apuração.
- d) é peça imprescindível, não podendo ser suprimido; a sua ausência causa nulidade da ação penal.

8 – No que tange ao princípio do contraditório, diz-se que o Inquérito Policial:

- a) observa-o, necessariamente, para a elaboração do relatório final.
- b) tem que observá-lo, por força do dispositivo no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.
- c) observa-o, necessariamente, após o indiciamento.
- d) não o observa, por se tratar de investigação de natureza inquisitiva.

9 - Sobre DECADÊNCIA e PEREMPÇÃO, observe as seguintes proposições:

- I. A decadência e a perempção são causas de extinção da punibilidade, mas a primeira só se verifica na hipótese de crime de ação penal privada.
- II. A perempção não impede que, pelo mesmo fato, nova queixa seja oferecida pela vítima ou seu representante legal, desde que observado o prazo de decadência.
- III. O prazo para o exercício do direito de queixa do representante legal do menor conta-se da data em que este completar 18 anos.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições são verdadeiras.
- b) Todas as proposições são falsas.
- c) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- d) Apenas a proposição II é falsa.

10 - Na ação penal privada subsidiária da pública:

- a) o ofendido poderá propor a queixa enquanto não configurada a prescrição pela pena em abstrato;
- b) a inércia do Ministério Público transfere a titularidade da ação penal ao ofendido ou pessoa a ele equiparada, ficando impedido de qualquer participação posterior na persecução penal, mesmo em face da inércia do ofendido;
- c) o ofendido dispõe de prazo decadencial para ação subsidiária, diante da inércia do Ministério Público;
- d) Cabe a queixa subsidiária quando o Ministério Público requerer e o juiz deferir o arquivamento do inquérito policial.

11 - Marque a resposta correta:

- a) Realizado o interrogatório, apresentada ou não a defesa prévia, o juiz designará audiência para inquirir as testemunhas, devendo as da defesa ser ouvidas em primeiro lugar, que deverão falar sobre os fatos narrados na denúncia, objeto da acusação.
- b) Realizado o interrogatório, apresentada ou não a defesa prévia, proceder-se-á à inquirição das testemunhas, devendo as da acusação ser ouvidas em primeiro lugar.
- c) Se o réu, citado para comparecer ao interrogatório acompanhado de advogado, não o fizer, o juiz deverá interrogá-lo independente da nomeação de defensor, porque já concedera ao acusado prazo para constituir advogado.
- d) No interrogatório, é vedado ao defensor fazer reperguntas ao acusado, mesmo por intermédio do juiz, que preside o ato.

12 - Marque a resposta correta:

- a) A presença do representante do Ministério Público no interrogatório é dispensável, considerando que todos os fatos objeto da acusação já estão postos na denúncia;
- b) As testemunhas de acusação serão inquiridas no prazo de 30 (trinta) dias, se o réu estiver solto, e no prazo de 20 (vinte) dias, se preso;
- c) Quando o juiz concluir a instrução fora do prazo, não precisará consignar nos autos os motivos da demora, porque é de domínio público o acúmulo de processos no Poder Judiciário;
- d) As partes poderão oferecer documentos em qualquer fase do processo.

13 - Marque a resposta correta:

- a) No caso de enfermidade do réu, o juiz poderá transportar-se ao local onde ele se encontrar, aí procedendo à instrução. No caso de enfermidade do defensor, será ele substituído, definitivamente, ou para o só efeito do ato;
- b) As partes não poderão desistir do depoimento de qualquer das testemunhas arroladas, considerando que elas são testemunhas da verdade, a qual deverá ser buscada para se fazer justiça;
- c) Se as testemunhas de defesa não forem encontradas, deverá o estagiário auxiliar o defensor para encontrá-las, de acordo com o princípio da verdade real;
- d) As partes só podem requerer diligências na denúncia ou na defesa prévia, porque estes são os momentos adequados para manifestação nos autos.

14 - Marque a resposta correta:

- I – No rito comum ou ordinário, terminada a inquirição das testemunhas, as partes – primeiramente o Ministério Público ou querelante e, após, a defesa – têm o prazo de 3(três) dias para apresentação das alegações finais.
- II – Após a inquirição de todas as testemunhas, o prazo para requerer diligências é de 24 (vinte e quatro) horas.
- III – O prazo para apresentação das alegações finais é de 10(dez) dias, nas causas de maior complexidade; nas demais, 5(cinco) dias.

IV – Para apresentar as alegações finais, o Ministério Público sempre terá vista dos autos em primeiro lugar, por ser o titular absoluto da ação penal.

- a) Os itens I e III estão corretos.
- b) Somente o item II está correto.
- c) Os itens II e III estão corretos.
- d) Somente o item IV está correto.

15 - Marque a resposta correta:

- a) Conclusos os autos para sentença, o juiz tem o prazo de 5(cinco) dias para ordenar as diligências que entender necessárias a fim de sanar qualquer nulidade ou suprir falta que prejudique o esclarecimento da verdade;
- b) Conclusos os autos para sentença, o juiz não poderá ordenar novo interrogatório do réu, mesmo que não tenha presidido este ato, sob pena de tumulto processual;
- c) Conclusos os autos para sentença, o juiz não poderá ordenar nova inquirição das testemunhas ou do ofendido, mesmo que não tenha presidido este ato (preclusão *pro judicato*);
- d) Conclusos os autos para sentença, o juiz tem o prazo de 5 (cinco) dias para sentenciar, por força do princípio da celeridade processual, introduzido pela Emenda Constitucional n. 45, de 08/12/2004.

16 - Quanto aos prazos processuais, é correto afirmar que:

- a) Contam-se com a inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.
- b) A contagem é suspensa nos finais de semana e feriados.
- c) Contam-se com a exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- d) Se o vencimento ocorrer no sábado, domingo ou feriado, terminarão no primeiro dia útil que o anteceder.

17 - No tocante aos atos e termos processuais:

- a) As entrelinhas são sempre permitidas, mas os espaços em brancos devem ser inutilizados.
- b) É permitido o uso de abreviaturas, assim como são válidas as emendas, desde que ressalvadas.
- c) É vedado às partes apor suas rubricas, mesmo nas folhas referentes aos atos dos quais participa.
- d) As rasuras somente são aceitas quando ressalvadas, enquanto o uso de abreviaturas é sempre defeso.

18 - Considere as seguintes afirmações:

- I. É requisito das cartas de ordem, precatória e rogatória, a indicação dos juízes de origem e de cumprimento do ato.
- II. Expedir-se-á carta de ordem quando o juiz for subordinado ao tribunal de que ela emanar.
- III. Somente nas cartas de ordem deverá o Juízo ordenante declarar o prazo dentro do qual deverá ser cumprida.
- IV. Devido ao caráter itinerante da carta, poderá ser apresentada a Juízo diverso do que dela consta, a fim de se praticar o ato.

Estão corretas apenas (a) a(s) afirmativa(s):

- a) I
- b) I e II
- c) I, II e III
- d) I, II e IV

19 - Os prazos para contestar e para recorrer serão computados, respectivamente:

- a) em dobro e em quádruplo quando for parte a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- b) em dobro e em quádruplo quando for parte a Fazenda Pública ou quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores.
- c) em quádruplo e em dobro quando for parte a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- d) em dobro e em quádruplo quando for parte a Fazenda Pública ou o Ministério Público, ou quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores.

20 - Assinale a alternativa **incorreta** a respeito da contagem dos prazos.

- a) Começa a correr o prazo quando a citação ou intimação for pelo correio, da data de juntada aos autos do aviso de recebimento.
- b) Quando a citação ou intimação for por oficial de justiça, começa a correr o prazo a partir da data de cumprimento do mandado.
- c) Quando houver vários réus, começa a correr o prazo da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido.
- d) Quando o ato se realizar em cumprimento de carta de ordem, rogatória ou precatória, começa a correr o prazo da data de sua juntada aos autos devidamente cumprida.

21 - Observe as afirmações abaixo, relativas à citação.

- I. a citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa.
- II. o comparecimento espontâneo do réu supre a citação.
- III. nas ações de estado, a citação sempre será feita pelo correio.
- IV. a citação ordenada por juiz incompetente não produz qualquer efeito.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e IV
- d) I e IV

22 - Marque a alternativa incorreta acerca do provimento judicial definido como sentença:

- a) sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa;
- b) considera-se sentença definitiva aquela capaz de resolver o mérito da causa;
- c) sentença terminativa põe termo ao processo, sem resolver o mérito da causa;
- d) publicada a sentença, esta se torna irretroatável, não podendo jamais ser modificada pelo juízo que a prolatou.

23 - Determinada associação, regularmente constituída e em funcionamento há mais de um ano, vê violado, por ato abusivo de autoridade pública, um direito líquido e certo seu. para defender tal direito, essa associação deve lançar mão de:

- a) mandado de segurança coletivo;
- b) ação civil pública;
- c) mandado de segurança individual;
- d) mandado de injunção.

24 - Em relação à comunicação dos atos processuais, é incorreto afirmar que:

- a) a citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou interessado a fim de se defender;
- b) a citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa;
- c) se, porém, for ordenada por juiz incompetente constitui em mora o devedor, mas não interrompe a prescrição;
- d) intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.

25 - No que se refere aos atos processuais, é lícito afirmar:

- a) os prazos processuais são contínuos, interrompendo-se, todavia, nos feriados;
- b) prazos peremptórios são aqueles suscetíveis de redução ou prorrogação, desde que as partes estejam de acordo;
- c) a contagem dos prazos processuais se faz incluindo-se o dia do início e excluindo-se o dia do vencimento;
- d) os atos processuais solenes, ainda que praticados sem observância das formalidades impostas pela lei, serão válidos, desde que atinjam sua finalidade essencial.

26 - Não é correto afirmar:

- a) o processo civil começa por iniciativa das partes, mas se desenvolve por impulso oficial;
- b) a propositura da ação só produz efeitos, quanto ao réu, depois que for validamente citado;
- c) feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu;
- d) considera-se proposta a ação no momento em que o réu for citado validamente.

27 - Nos termos da Constituição Federal:

- a) a investidura em cargo público depende, em qualquer caso, de aprovação prévia em concurso público;
- b) “função de confiança” e “cargo em comissão” são expressões sinônimas;
- c) é vedada a acumulação de cargos, exceto quando houver compatibilidade de horários;
- d) é assegurada aos servidores públicos a revisão geral anual de sua remuneração.

28 - Na Administração Pública os atos praticados devem atender à finalidade legal, atendendo ao princípio da:

- a) impessoalidade
- b) eficiência
- c) disponibilidade
- d) hierarquia administrativa

29 - Entidade estatal decreta a indisponibilidade do patrimônio do particular a pretexto de garantia da ordem pública. O princípio constitucional violado foi o:

- a) da legalidade
- b) da moralidade
- c) do devido processo legal
- d) da ampla defesa

30 - Assinale a alternativa correta.

- a) o servidor público, nomeado para cargo de provimento efetivo em razão de concurso público, adquire estabilidade após 2 anos de exercício efetivo.
- b) o servidor público, nomeado para cargo de provimento efetivo em razão de concurso público, adquire estabilidade após 3 anos de exercício efetivo.
- c) o servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- d) a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade não se apresenta como condição para a aquisição da estabilidade do servidor público.

31 - Tendo em vista a regra da responsabilidade objetiva do Estado, prevista constitucionalmente, é correto afirmar que:

- a) abrange as pessoas jurídicas de direito público, ficando excluídas as de direito privado, inclusive as prestadoras de serviços públicos.
- b) o causador do dano deve ser funcionário público, independentemente de ter agido nessa qualidade.
- c) o dano deve ser causado por agente público, ficando excluídos os particulares em colaboração com a administração.
- d) ficam excluídas as entidades da administração indireta que executem atividade econômica privada, quando não desempenhem serviço público.

32 - Assinale a alternativa correta.

- a) ao contrário das empresas públicas, que são dotadas de personalidade jurídica de direito público, as sociedades de economia mista têm personalidade de direito privado.
- b) as autarquias, por serem dotadas de personalidade jurídica de direito público compõem a administração direta.
- c) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- d) independe de autorização legislativa a criação de subsidiárias das autarquias, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das fundações.

33 - De acordo com a estrutura da Justiça Federal estabelecida pela Constituição, são seus órgãos:

- a) o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Regionais Federais;
- b) os Tribunais Superiores e os juízes federais;
- c) os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
- d) os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais.

34 - A ação rescisória de sentença proferida por juiz federal será processada e julgada:

- a) pelo Tribunal Regional Federal a que vinculado o juiz;
- b) pelo juiz que proferiu a sentença;
- c) pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) pelo Supremo Tribunal Federal, já que se trata de desconstituição de coisa julgada, que goza de especial proteção pela Constituição Federal.

35 - Constatando a ocorrência de saques indevidos em sua conta-corrente no Banco do Brasil S.A., Manuel pretende ajuizar ação contra o referido banco para ser ressarcido dos valores subtraídos de sua conta. Tendo em conta que o Banco do Brasil é sociedade de economia mista, Manuel deverá propor a ação perante:

- a) a Justiça Estadual;
- b) a Justiça Federal;
- c) o Tribunal Regional Federal que tem jurisdição sobre o seu domicílio;
- d) a Justiça do Trabalho.

36 - Sobre a competência da Justiça Federal é correto afirmar:

- a) os conflitos de competência entre juízes federais da mesma região serão julgados pelo Superior Tribunal de Justiça;
- b) compete aos juízes federais julgar os litígios entre Estado estrangeiro e a União;
- c) serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro do domicílio do segurado, as causas em que forem partes o Instituto Nacional do Seguro Social e o segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara federal;
- d) compete à Justiça Federal processar e julgar apenas as causas em que a União for interessada.

37 - Joaquim pretende impetrar mandado de segurança contra ato ilegal praticado por juiz federal. O processamento e julgamento do mandado de segurança, nesta hipótese, compete:

- a) à Justiça Federal de primeira instância;
- b) ao Superior Tribunal de Justiça;
- c) ao Supremo Tribunal Federal;
- d) ao Tribunal Regional Federal a que vinculada a autoridade impetrada.

38 - Aos juízes federais compete processar e julgar, entre outros casos:

- a) os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, qualquer que seja a natureza.
- b) sem exceção, os crimes políticos praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses de entidades autárquicas da União.
- c) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- d) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

39 - Compete à Justiça Federal julgar as causas ajuizadas contra o INSS que digam respeito a:

- a) concessão e revisão de auxílio-doença, de trabalhador vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, desde que não relativo a acidente de trabalho.
- b) concessão inicial de benefício de acidente de trabalho.
- c) reajustes do benefício de acidente de trabalho.
- d) cálculo da renda mensal inicial do benefício de acidente de trabalho.

40 - Julgue os itens a seguir, relativos à competência penal da Justiça Federal.

- I. Perpetrado crime de roubo contra agência do Banco do Brasil S/A, será competente a Justiça Federal para o processo e julgamento do delito, em razão de se tratar de sociedade de economia mista, da qual a União participa majoritariamente.
- II. Salvo ocorrência de tráfico para o exterior, quando então a competência será da Justiça Federal, compete à Justiça dos Estados o processo e julgamento dos crimes relativos a entorpecentes.
- III. Perpetrado crime de roubo contra agência da Caixa Econômica Federal, será competente a Justiça Federal para o processo e julgamento do delito, em razão de se tratar de empresa pública federal.
- IV. Compete à Justiça Federal o processo e julgamento de todos os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.

- a) II, III e IV estão corretos.
- b) II e III estão corretos.
- c) Todos estão corretos.
- d) I, II e III estão corretos.

GABARITO

1.	A
2.	B

3.	B
4.	D
5.	B
6.	D
7.	B
8.	D
9.	B
10.	C
11.	B
12.	D
13.	A
14.	B
15.	A
16.	C
17.	D
18.	D
19.	C
20.	B
21.	A
22.	D
23.	C
24.	C
25.	D
26.	D
27.	D
28.	A
29.	C
30.	B
31.	D
32.	C
33.	D
34.	A
35.	A
36.	C
37.	D
38.	C
39.	A
40.	B